QUARTA CONSULTA CRISTÃ SOBRE TIMOR LESTE

TL 358

LISBOA, 22-24 JAN 88 Contacto: C.R.C., Rua Castilho, 61-2º Dtº - 1200 LISBOA. Tel. (01) 57 69 52

SUMÁRIO DOS TRABALHOS DA QUARTA CONSULTA CRISTÃ SOBRE TIMOR-LESTE

Lisboa, 22 - 24 de Janeiro de 1988

'Não podemos ignorar Timor-Leste, nem mantê-lo em silêncio, nem negociá-lo. Timor Leste é um povo com uma história e um futuro. Ninguém tem o direito de lhe cortar o caminho.' (Bispo de Setúbal nas Nações Unidas, 1987)

SUMÁRIO DOS TRABALHOS DA QUARTA CONSULTA CRISTÃ SOBRE TIMOR-LESTE

Abriram os trabalhos da IV Consulta Cristã, dando as boas-vindas aos participantes, o Presidente da Pax Christi -secção portuguesa- e bispo de Setúbal, D. Manuel Martins, e o Presidente da Junta da Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, pastor José Salvador. Salientamos da intervenção de D. Manuel Martins:

"Não viemos aqui para uma reunião de amigos, viemos sim com dois objectivos profundamente humanos e muito nobres. Por um lado queremos comungar do sofrimento de um povo, amordaçado no corpo e na alma, que a força iníqua da crueldade não consegue fazer morrer. Por outro lado queremos gritar bem alto - porque o barulho dos interesses económicos e políticos é grande - e dizer ao mundo civilizado que isto não pode continuar, a situação desumana e vergonhosa já durou bastante.

(...)

Permito-me sublinhar alguns pontos, que reputo muito importantes e preliminares, que explicam este nosso encontro.

Em primeiro lugar, os povos são como as pessoas: têm direitos de fundo que devem ser respeitados e promovidos por todos os outros povos. Estes direitos são desenhados pela raça, origem, história, religião, pelas tradições e experiência comum, pelo projecto que vivem e que sonham, pelo sofrimento, etc. E tudo isto cria uma fisionomia própria, que caracteriza e distingue um povo.

Em segundo lugar, não podemos consentir que sejam os interesses económicos ou políticos a comandar as relações entre os povos.

A verdadeira civilização é aquela que caminha tendo o homem como centro e critério das suas preocupações. E quando digo homem, digo também com a mesma verdade e força: povo.

Em terceiro lugar, uma sociedade, um povo, um país amolece, perde as razões de viver a sério quando se insensibiliza perante a violação destes valores. E muito mais se esta sociedade ou país tem alguma coisa a ver, estruturalmente, com o povo que tem esses valores em discussão e agressão.

Finalmente, a paz não se constrói pela força, porque a justiça não se constrói pela injustiça. Quero dizer que paz não é igual a situações consumadas: Timor, a 27a. província da Indonésia.

(...)

Timor não pode morrer. Timor é um povo, diferente de qualquer outro, com passado, presente e futuro. Com história. Timor, o povo heróico de Timor, tem lutado até ao sangue para preservar a sua identidade, a sua fisionomia, a sua verdade.

Ninguém de bom sentimento o pode deixar só. (...)
É preciso juntar as vozes e gritar mais alto: hoje, mais do que nunca, é o nosso grito que mais faz tremer os poderosos. Se nos calarmos, Timor acabará por morrer, mas o pecado ficará connosco".

O pastor José Salvador diria por seu lado:

"Três palavras resumem o que espero desta Conferência. A primeira é símbolo. Para nós esta Conferência deverá ser, em primeiro lugar, símbolo de solidariedade com este povo que tanto tem sofrido e apesar disso continua a sua luta. Solidariedade que transborde para além da nossa dimensão e possa vir a alcançar muitos outros que não estão aqui.
(...)
A segunda palavra é oportunidade. Esta Consulta será diferente das anteriores porque esperamos nela ter oportunidade de dar voz aos próprios timorenses, serem eles próprios a falar e não os outros no lugar deles.
(...)
A terceira palavra é desafio. Desafio a tomarmos consciência de que somos, nós todos os que estamos aqui, responsáveis pelo que se passa em Timor: é um desafio a sentirmos a nossa consciência provocar-nos a uma luta que rejeita a resignação e o 'facto consumado'.
Espero que nós todos, cristãos, membros de comunidades que professamos o nome de Cristo, sejamos capazes de aceitar o desafio de levarmos as nossas Igrejas a acções mais corajosas na defesa do povo de Timor. Sem indecisões, sem receio dos conflitos que a nossa luta possa levantar, sem outros compromissos que talvez se justifiquem da parte de Governos, de grupos económicos ou de partidos políticos, mas que não se justificam da parte de Igrejas cristãs sem outros compromissos que não sejam os nossos compromissos com o Reino de Deus - Reino de paz, de justiça e de libertação para toda a gente.
Se formos alcançados por esse desafio terá valido a pena esta conferência sobre Timor-Leste".

Após a apresentação dos participantes seguiram-se quatro exposições:

1. Sobre as condições de vida em Timor:
   - o terror reinante, que se estende do simples cidadão que pode ser agredido, ou mesmo morto, pelos militares indonésios sob qualquer pretexto, mesmo nas ruas da capital, até ao Administrador Apostólico colocado sob vigilância militar;
   - os campos vigiados pela tropa onde as populações morrem de fome, e dos quais não podem sair;
   - a colonização económica e cultural que dá aos ocupantes todos os benefícios e relega os timorenses para os últimos lugares; ...

2. Sobre as operações militares e a resistência:
   - o falhanço da última operação militar indonésia, apesar dos meios excepcionais de que mais uma vez dispunha, ao cabo de 12 anos de insucessos, e a confissão do General Benny Murdani de 'serem necessários ainda muitos anos antes de acabar com a resistência armada';
   - as múltiplas manifestações de resistência por parte dos funcionários públicos, dos estudantes, dos vendedores do mercado de Dili, do clero, ...

3. Sobre as violações dos Direitos Humanos:
   - o Governo indonésio liberta presos políticos alguns meses antes do fim da sua pena, mas eles foram condenados num tribunal onde nenhum observador independente foi admitido;
   - a Cruz Vermelha Internacional só tem acesso a duas prisões em Dili, enquanto existem muitos outros centros de detenção;
   - a tortura é prática corrente;
   - o Governo indonésio prestou informações sobre cinco pessoas 'desaparecidas', todas elas vivas, mas nada disse sobre centenas de outras; ...

4. Sobre o caso de Timor na cena internacional:
   - no Comité de Descolonização, em Nova Iorque, que continua a considerar Timor-Leste como território que não se auto-determinou;
   - na Assembleia Geral da ONU, que confiou ao Secretário-Geral a tarefa de ouvir as partes interessadas para encontrar uma solução que respeite a Carta das Nações Unidas;
   - na Comissão e Sub-Comissão dos Direitos Humanos, em Genebra;
   - noutras instâncias internacionais onde o problema foi discutido com desvantagem para a Indonésia, por exemplo na União Interparlamentar, na Assembleia ACP/CEE, no Parlamento Europeu; ...

SÁBADO DE MANHÃ

O testemunho directo de quatro timorenses refugiados em Portugal, seguido de diá logo e esclarecimento de perguntas em pequenos grupos com numerosos timorenses recentemente saídos do território, constituiu o bloco de informações mais importante sobre a situação em Timor-Leste, e o apelo mais forte à solidariedade e à divulgação alargada do que se passa no território.

Os participantes viriam a manifestar a necessidade de levar a reuniões internacionais, nomeadamente aos fórums da O.N.U. (Comissão dos Direitos Humanos, Comité dos 24), refugiados timorenses que aceitem dar o seu testemunho. Foi também desejada a recolha e compilação de depoimentos de timorenses, que se destinem a alertar para esta questão particularmente Igrejas e organizações cristãs menos informadas.

Transcrevemos extractos de dois dos testemunhos prestados:

1. *Naquela noite do dia 27 de Julho de 1977 estava eu em casa do Secretário da 'Província', José A.B. dos Reis Araújo, quando pelas 22 horas apareceu o Eng. Azis da Polícia Política (Intel) dando-me ordem de prisão. Fui então conduzido à sede da Intel localizada no edifício de Sang Tai Hoo. Lá chegado fui então acusado (...) de manter contactos com os dirigentes da Fretilin no mato.*

Antes do interrogatório fui brutalmente espancado. Cada pergunta era fatalmente acompanhada de murros, pontapés, queimadelas com cigarros e a cada resposta minha choviam mais murros, pontapés e queimadelas.

Depois do interrogatório fui pendurado, e o meu corpo baloiçando parecia um saco de areia sem defesa perante os frenéticos murros e pontapés dos meus inquiridores. Meu corpo era também um cinzeiro onde eles se regozijavam apagando os seus cigarros acesos. Não contentes com isso as minhas costas foram ainda sulcadas em vários sentidos com a ponta de uma faca. Com a mesma faca o tal comandante indonésio da Intel cortou-me o bigode e obrigou-me a comê-lo. Tive de engoli-lo. Entretanto fui novamente espancado brutalmente até às 24 horas pelo mesmo comandante da Intel, P. SHIHOMBING.

Fui depois conduzido à casa de banho onde estavam 8 ou 9 presos, e amarrado de cócoras à bacia de rosto. Além daqueles que comigo estavam na casa de banho, ainda havia outros presos nos quartos e dispensa. Éramos quarenta (40) e tal presos neste local. Alguns ainda se encontram em Dili e são sempre vigiados. Outros morreram por falta de tratamento. (...).

Por volta das 20 horas do dia 28/7/77 fomos conduzidos em dois 'unimogs' para a Ca-

deia da Comarca, em Caicoli-Dili. Ao avistarmos a cadeia vimos uma formatura de mais de duas dezenas de Polícias Militares todos armados de pistolas e cassetetes. Um por um fomos avançando pelo meio da fila e fomos violentamente atirados de um lado para o outro por murros e bastonadas destes Polícias Militares. Mandaram-nos despir a roupa que trazíamos com excepção da roupa interior, raparam-nos os cabelos e tiraram-nos as jóias, dinheiro e outros objectos de valor que levávamos connosco.

Uns momentos mais tarde fui afastado do grupo pelo mesmo comandante da Intel que com seis P.M. me encostaram a uma parede, esticaram as minhas mãos em forma de cruz e começaram outra maratona de espancamentos. Recebi tantos e tantos golpes na cabeça e noutras partes vitais do corpo que até agora ainda me pergunto a mim mesmo como pude sobreviver a tudo isto. Os dedos dos pés estavam todos azulados de tanto serem pisados pelas botas dos militares. O sangue começou a jorrar pela boca, pelo nariz, pelos ouvidos, pelos olhos, pelo couro cabeludo e pelos dedos dos pés. Naquele momento eu só suplicava o nome de SENHOR JESUS. Depois o mesmo comandante da Intel mandou-me abrir a boca e nela enfiou a ponta do pau comprido com que me batera antes. Ordenou-me que eu trincasse o pau com toda a força e começou a abanar o pau como quem abana o ramo de uma laranjeira para que a laranja caia. (...).

Em 24/12/77 eu e mais alguns colegas da prisão fomos libertados. Naquele dia estivemos todos no salão da cadeia, em formatura, onde o representante da Intel e o Comandante da P.M. proferiram os seus discursos de lavagem cerebral.

Depois da cerimónia fomos conduzidos ao Koramil (Comando Militar da Região) onde cada um de nós pertencia. Ali foram revistados todos os nossos documentos de libertação passados pela cadeia e seguimos depois cada qual para a sua casa.

Contudo, durante dois meses nós os ex-presos tinhamos de nos apresentar diariamente na sede dos nossos respectivos comandos militares (Koramil). Depois dos dois primeiros meses, passamos a apresentar-nos semanalmente no Koramil durante um período de seis meses. A seguir, durante um espaço de seis meses, passamos a apresentar-nos duas vezes por mês. Finalmente passamos a apresentar-nos uma vez por mês até ao dia 2 de Janeiro de 1980 conforme os prazos estipulados no processo de libertação de cada um.

Entretanto surgiu o assalto das FALINTIL de 10/6/1980, a Marabia, Dare e à Companhia do Batalhão 744 em Becora, nos arredores de Dili.

Em 11/6/80 os ex-prisioneiros foram novamente chamados pelo Koramil. Nesse dia de manhã estivemos lá mais de duas centenas de pessoas. De lá, até ao meio-dia, conduziram-nos a pé para o Kodim (Comando Militar do Distrito). Do Kodim, até às 20 horas, duas ou mais camionetas militares transportaram-nos para a Cadeia da Comarca. Dormimos lá uma noite. No dia seguinte (12/6/80) eu e mais alguns dos meus colegas de prisão fomos novamente libertados.

O Coronel SOBRATO, que era presidente da C.M.D., disse em casa de um amigo o seguinte: "Nós os militares indonésios não precisamos de timorenses. Temos muita gente. Queremos apenas a ilha de Timor. Dos timorenses fazemos como os porcos: vamos abatendo com prazer na medida do possível".

O Capitão Hamir esteve também preso na cadeia da Comarca, em Caicoli-Dili, em princípios de 1976 e foi brutalmente espancado, por ter informado o Governo de Jacarta que houve abusos de autoridade dos militares indonésios em Timor-Leste. Este Capitão era na altura juiz militar.

2. Na altura da invasão indonésia a Timor-Leste eu tinha 15 anos e encontrava-me em Baucau, a 135 Km a leste de Dili. Dada a invasão deixei a cidade de Baucau, juntamente com a população e dirigimo-nos para a montanha, para as áreas controladas pelas FALINTIL, exército de libertação de Timor-Leste. Os invasores indonésios consideravam os nossos estudantes como comunistas e daí muitos terem sido executados.

Quatro anos depois fui capturado: em Março de 1979, no momento em que as forças opressoras faziam operações de cerco e aniquilamento, operações denominadas 'Hapus Bersih'.

Em Maio de 1979 os ocupantes acusaram-me de apoiar a guerrilha, pelo que fui interrogado em 12 daquele mês, no edifício que foi sede do Posto Administrativo de Quelicai. Quiseram que eu fornecesse dados sobre a rede clandestina. Para isso provocavam queimaduras com pontas de cigarros acesos e empregavam choques eléctricos durante a noite do interrogatório. Eles não conseguiram o que queriam e por isso soltaram-me ao fim de três dias de interrogatório, após uma 'lavagem cerebral' - nessa sessão diziam que a Fretilin era comunista e que já tinha perdido a guerra. Antes de me libertarem pressionaram-me no sentido de nada dizer sobre o que se passara comigo, pois caso contrário voltaria a ser preso e novamente torturado.
(...)
Em Março de 1980 matriculei-me no Externato de S. José de Balide, em Dili. O Conselho Directivo da Escola fez-me saber que a Escola funcionava ao abrigo da Diocese e independente de qualquer tendência política. Ela preservava a identidade cultural do povo de Timor-Leste. Foi dito que não era dada qualquer equivalência por parte do ensino oficial.

A Escola era e continua a ser sistemàticamente ameaçada pelas autoridades indonésias e pela polícia política, a Intel. Em Junho de 1980 desapareceu o Professor Venâncio Gomes, que estudara Agro-pecuária em Portugal, e com ele cinco estudantes daquela escola. A Escola é apoiada pelos pais dos alunos e pela Igreja local. Com estes apoios, e apesar de todas as dificuldades - falta de material, de fundos e de pessoal docente - a Escola funciona. Os ocupantes recolhem informações até ao detalhe sobre a vida dos professores e dos alunos. Os jovens timores continuam a frequentar a Escola com o objectivo de defender e aprofundar a identidade cultural do povo de Timor-Leste.

Para além do Externato de S. José funciona o Corpo de Escuteiros Católicos, dirigido por sacerdotes. Os ocupantes dizem que o C.E.C. é uma Associação política no seio da juventude em geral e da juventude católica em particular. O Corpo de Escuteiros Católicos quer manter a sua dignidade moral e a sua identidade cultural. Esta defesa tem uma grande importância no combate que os timorenses travam pela independência. Por outro lado, organizada pelos indonésios está a 'Praja Muda Karana' (PRAMUKA), que se rege pelos princípios do Pancasila (ideologia oficial do regime indonésio). Enquanto a Pramuka é subsidiada pelos ocupantes, o CEC vive dos apoios dados pelos pais dos escuteiros e amigos. Pela pressão exercida pela polícia, as empresas e trabalhadores, incluindo os motoristas, são obrigados a dar dinheiro para os acampamentos realizados pela Pramuka. A existência do CEC e do Externato de S. José é um incómodo para os ocupantes indonésios que, para se verem livres de um e outro, exercem contínuas represálias sobre os professores e sobre os estudantes.

A população continua a ter de andar com o 'surat jalan' (passe) ou guia de marcha e é vigiada por todas as formas, em todas as deslocações e movimentos. Os ocupantes criaram assim núcleos militares no seio das populações que são conhecidos por 'Babinsa' e 'Bimpolda'. O objectivo do ocupante é levar o controlo até à mais pequena aldeia de Timor-Leste e controlar, assim, pela repressão o povo de Timor-Leste.

SÁBADO À TARDE

Interpelados pelos testemunhos ouvidos de manhã e o diálogo com os exilados timorenses nos pequenos grupos, os participantes puseram em comum, durante a tarde, a sua perspectiva - e a das organizações que representam - sobre o problema de Timor-Leste.

Se todos se afirmaram preocupados com esta situação, podemos considerar que as divergências constatadas à partida se deveram, principalmente, a diferentes informações consoante as fontes donde provêm:

- Quem tem acesso a informações vindas directamente de Timor-Leste, entre os quais se situam especialmente os grupos portugueses, não tem dúvidas em afirmar que o povo de Timor-Leste está submetido a um verdadeiro GENOCÍDIO sob múltiplos aspectos (físico, cultural, religião tradicional), bem como a uma colonização indonésia (cultural e económica) nos domínios em que esta apresenta realizações inegáveis: educação e infra-estruturas.

- Os participantes cuja informação chega sobretudo através da Indonésia (e das Igrejas indonésias) não duvidavam da existência de violações dos Direitos Humanos: "Porque estaria Timor-Leste fechado se não houvesse nada a esconder?", mas pareciam-lhes exageradas as descrições desta situação - por exemplo as da Amnistia Internacional.

A extensão das violações praticadas parece ter sido, para alguns, uma revelação e foi dito que os próprios indonésios ignoravam em grande parte essa realidade. A ignorância poderia, assim, ser uma das razões para a recusa das Igrejas indonésias discutirem o problema, tanto mais que achariam excessivas as críticas feitas ao seu Governo.

Não se pode ignorar, também, o carácter minoritário das Igrejas cristãs na Indonésia e que elas deveriam à protecção do Governo a liberdade de que gozam. Nestas circunstâncias, criticar o Governo, ainda que num ponto particular, poderia parecer difícil a essas Igrejas.

Divididos em grupos de trabalho os participantes abordaram seguidamente diferentes pontos que viriam a ser objecto de propostas de acção no dia seguinte: necessidade de informar sobre a situação e de intervir junto dos governos e organismos internacionais; acesso a Timor-Leste; diálogo com as Igrejas em Timor, na Indonésia e na Ásia; ...

A falta de tempo não permitiu concluir a elaboração de propostas concretas, lembramos todavia na rubrica ACÇÕES essas pistas de reflexão para que o nosso encontro possa produzir frutos.

SÁBADO À NOITE

Representantes da Convergência Nacionalista Timorense - Moisés Amaral, em nome da UDT, e Roque Rodrigues, em nome da FRETILIN - expuseram brevemente alguns aspectos da sua luta. Estes dois movimentos, anteriormente opostos entre si, amadureceram durante estes 12 anos de sofrimento e luta, coligaram-se na Convergência e mostram-se hoje prontos para o diálogo e muito pacientes quanto aos processos e etapas que poderiam resolver a situação. O único ponto que não aceitam pôr em causa é o direito que assiste ao povo de Timor-Leste, como a todos os outros povos: o de serem eles próprios a decidir qual o futuro dessa entidade que formam e que se reconhece como povo diferente do povo indonésio.

PISTAS DE ACÇÕES

I - GOVERNOS / O N U

Foi várias vezes afirmado que a única solução do conflito é política. Importa, portanto, agir a esse nível.

1. Algumas organizações, entre as mais importantes, têm normalmente relações de aconselhamento junto dos seus Governos. Poderão assim informá-los sobre as particularidades do povo de Timor-Leste e sobre o seu sentir profundamente diferente dos indonésios. Outras organizações poderão intervir ocasionalmente, por exemplo se o seu Governo pretender vender armas à Indonésia, ou por ocasião do estabelecimento de relações económicas.

O caso de Timor-Leste é debatido em várias instâncias da ONU, nas quais é possível intervir.

2. Na SUB-COMISSÃO DAS MINORIAS e na COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS, Organizações Não-Governamentais, nomeadamente ONG cristãs, reconhecidas pela ONU, podem intervir. É necessário sensibilizar ONG's para intervir sobre o problema de Timor-Leste, um problema ainda pouco conhecido porque é pouco abordado pela comunicação social; sugere-se que se solicitem ONG's para que cedam tempos de intervenção a refugiados timorenses. Há possibilidades de criação de um trabalho de lobby sobre Timor-Leste se os participantes vierem a sensibilizar outras organizações neste sentido.

   A Comissão dos Direitos Humanos está reunida em Fevereiro. As organizações Pax Christi e Pax Romana intervêm, desde há vários anos, sobre a questão de Timor: torna-se necessário alargar e diversificar estas intervenções. Luisa Teotónio Pereira, que intervem habitualmente em nome da Pax Romana na Comissão e na Sub-Comissão, poderá elaborar uma nota informativa sobre esta sessão e sobre a situação do problema, tendo em vista a próxima reunião da Sub-Comissão em Agosto de 1988. Propomos que todas as sugestões e informações, bem como pedidos de esclarecimentos ou nomes de ONG's dispostas a colaborar, lhe sejam dirijidos para "A Paz é Possível em Timor-Leste".

3. Na última sessão do COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO DA ONU intervieram entre outros: o bispo de Setúbal, Mons. Manuel Martins, em nome da Pax Christi; uma religiosa australiana em nome de diversas personalidades e organizações do seu país; o Catholic Institute for International Relations (CIIR),... Lembramos que em cada sessão do Comité podem intervir, para além de representantes de ONG's, indivíduos de reconhecido mérito (investigadores, personalidades da vida política, religiosa ou cultural) a título de 'peticionários'.

   O Comité volta a reunir, em Nova Iorque, em Agosto. Foi proposto realizar aí, e nesse momento, um encontro de organizações cristãs sobre Timor-Leste. Os participantes poderiam aproveitar a circunstância para intervenções perante o Comité de Descolonização das Nações Unidas.

   Devido à distância e custo das viagens para a maioria dos participantes europeus, deveria ser feito um esforço especial para atingir organizações do continente americano (América do Norte em especial) e para enviar delegados timorenses e europeus.

   Sugerimos que Igrejas e organizações cristãs estabeleçam contactos em ordem à sensibilização de organizações similares susceptíveis de se interessarem pelo assunto, tendo em vista o encontro de Nova Iorque. Contactos e informações sobre esta questão poderão ser estabelecidos com Christopher Candland, do National Council of Churches of Christ dos Estados Unidos (US NCCC). (Ver morada na última página).

II - INFORMAÇÃO

A informação teve grande importância para os participantes na Consulta e será, sem dúvida, a melhor maneira de sensibilizar outras organizações, sectores mais vastos da opinião pública e os órgãos de decisão.

Os grupos portugueses ficaram encarregados de estudar com os refugiados a possibilidade de publicar alguns testemunhos - muitos refugiados receiam represálias sobre membros das suas famílias que continuam em Timor-Leste. Durante a Consulta foi feito o registo em vídeo dos testemunhos. Os participantes serão informados acerca da elaboração de uma brochura ou vídeo. Antes que este material se encontre disponível lançamos o apelo, desde já, a que todos procurem difundir informações sobre Timor-Leste, quer através dos próprios canais de comunicação social das suas Igrejas e organizações, quer pelo contacto com jornalistas ou nos encontros nacionais e internacionais em que participem.

Aqui fica a indicação de algumas fontes de informação:

1. TIMOR LINK	(inglês)	a
2. EM TIMOR-LESTE A PAZ É POSSÍVEL	(português)	b
3. " "	(francês)	b
4. EAST TIMOR NEWS	(inglês)	b

Pedidos a: CIIR (a) (Ver moradas na última página).
A Paz é Possível em Timor-Leste (b)

Agradecemos a indicação de eventuais leitores interessados: jornalistas, organizações, etc.

III - ACESSO A TIMOR-LESTE

Desde a invasão em 1975 Timor-Leste tem sido submetido pela Indonésia a um bloqueio quase total. As raras organizações humanitárias autorizadas a trabalhar no território tiveram de sujeitar-se às condições impostas pela Indonésia.

O Comité Internacional da Cruz Vermelha (ICRC) tem apenas uma antena em Dili e é a Cruz Vermelha indonésia ou organismos ad-hoc dirigidos por militares e ex-militares indonésios que aplicam parte dos seus programas. A UNICEF é dirigida por indonésios e o Catholic Relief Service por um holandês nascido e estabelecido na Indonésia.

Os raros políticos e jornalistas autorizados a visitar Timor-Leste são cuidadosamente escolhidos, ou severamente controlados na sua visita.

A obtenção de livre acesso seria importante tanto para a protecção dos timorenses como para o conhecimento da realidade.

1. Transmitimos a ACFOA (Australian Council for Overseas Aid) algumas das observações feitas à sua proposta de visita a Timor-Leste de uma missão internacional independente formada por personalidades. Pedimos a ACFOA que continue a

trabalhar este projecto. Voltaremos a esta questão quando houver dados novos sobre o assunto e se ACFOA o pedir. Entretanto mais informações podem ser pedidas a PAT WALSH - ACFOA Human Rights Office
124 Napier St.
Fitzroy 3065 - AUSTRALIA

2. O Vaticano (Nunciaturas) ou as Congregações Religiosas dispõem de algumas possibilidades de acesso mas encontram-se também reduzidos ao silêncio a fim de não comprometerem a presença dos missionários que se encontram no território. Que possibilidades existem neste campo de informar e sensibilizar públicos específicos, nomeadamente superiores religiosos?

IV - DIÁLOGO

O diálogo a desenvolver com as Igrejas presentes na Indonésia como em Timor-Leste foi repetidamente apontado como essencial.

1. Diálogo com Timor-Leste

A principal dificuldade é a do acesso. Por essa razão poderá parecer que se deve passar pelo canal das Igrejas da Indonésia, mas esse canal levanta um problema de fundo:

- "Estamos conscientes de ser levados a ter ligações com a Igreja da Indonésia porque é a Igreja mais próxima e a única que é autorizada pelo Governo e pelo exército a estreitar relações connosco. Esperamos que essa ligação se desenvolva num sentido honesto", escreviam em 1981 os religiosos de Timor-Leste ao Encontro dos Superiores religiosos da Indonésia.

- Em 1986 num documento sobre Timor-Leste o PGI, organismo que reagrupa 90% dos protestantes indonésios, escreve:

"Para a Nação e a República indonésia o problema de Timor-Leste é um caso arrumado e é dever de todos os grupos, incluindo as Igrejas que estão na Indonésia, formar o povo de Timor-Leste dando-lhe as mesmas oportunidades e o mesmo desenvolvimento nos diversos aspectos da vida humana, nacional e patriótica, na base da Nação do Pancasila".

Frans Seda, um dos católicos indonésios mais influente e membro da Comissão Pontifical Justiça e Paz, atribui à má informação as recentes palavras do Papa ao embaixador indonésio junto da Santa Sé sobre a protecção dos "direitos étnicos, culturais e religiosos" do povo de Timor-Leste, e declara que o mais importante "é que o Papa fala (de Timor-Leste) connosco e não com Portugal ou com as Nações Unidas".

É indispensável procurar caminhos para o diálogo directo com as Igrejas em Timor-Leste e não contribuir para o aumento do peso indonésio sobre elas.

A Igreja católica de Timor-Leste queixa-se de que mesmo as ajudas materiais

que lhe são dirigidas através do LPPS (organismo dependente da Conferência Episcopal Católica da Indonésia) são utilizadas sem o seu acordo em obras que fortaleçem a indonesianização de Timor-Leste.

2. Diálogo com as Igrejas na Indonésia

O diálogo com as Igrejas da Indonésia sobre o problema de Timor-Leste torna-se quase impossível porque elas o recusam.

É significativo a este respeito a abordagem tentada em vários encontros internacionais, católicos e protestantes, onde os delegados indonésios ameaçaram abandonar, ou abandonaram, as sessões quando o problema é inscrito na ordem de trabalhos ou discutido. Sem renunciar a levantar o problema de Timor-Leste nos encontros internacionais é necessário, no entanto, procurar com as Igrejas indonésias encontros mais discretos onde seja possível, pelo menos, uma troca de pontos de vista.

Considera-se igualmente indispensável o envolvimento das Igrejas da região Ásia/Pacífico, que a III Consulta Cristã já tinha desejado e que veio a dar um passo importante com a I Consulta da Ásia/Pacífico, realizada em Novembro passado, em Manila.

V - PRÓXIMA CONSULTA CRISTÃ SOBRE TIMOR-LESTE

Além do projecto de encontro em Nova Iorque, em Agosto de 1988 - ao qual já nos referimos a propósito do Comité de Descolonização - os participantes pensaram realizar a próxima Consulta na Europa em Bruxelas, no início do próximo ano.

Um comité de continuidade, composto pelo Catholic Institute for International Relations e por A Paz é Possível em Timor-Leste, seguirá a preparação desses encontros com o apoio de outras organizações nos locais escolhidos.

DOMINGO À TARDE

O segundo contacto directo dos participantes com a comunidade timorense teve lugar Domingo, no Campo dos Balteiros, onde residem cerca de 35 famílias a maioria delas desde há vários anos e em precárias condições. Muitos outros timorenses estiveram presentes, vindos de núcleos de residentes por vezes distantes, movidos pela vontade de manifestar o seu apoio e agradecimento aos participantes estrangeiros que se interessam pelo seu problema.

A liturgia da Palavra, presidida por um padre católico e um pastor protestante, centrou-se 1) na mensagem de esperança da libertação (Êxodo, 3) prometida ao povo por intermediário de Moisés - libertação que hoje só é possível se para tal concorrerem os esforços da Comunidade Internacional nas suas diversas instâncias - e 2) na confiança partilhada com o povo timorense (Lucas 8, 22): a 'tempestade'

da opressão e das violações é forte mas Alguém diz 'Não tenham medo. Porque duvidam?'

A sessão cultural, animada por 7 grupos timorenses vindos dos vários núcleos de residentes, demonstrou amplamente a vitalidade da cultura timorense e o dinamismo de grupos, em número crescente, dispostos a provar que Timor-Leste tem uma identidade cultural própria. Das danças guerreiras, dos 'tebes' - como o ritual do cultivo e apanha do arroz - da exibição dos trajes das várias regiões timorenses, da poesia e das canções de resistência, de tudo isto ficaram a saber os presentes. E eram muitos - timorenses, amigos da solidariedade e jornalistas - os que enchiam por completo o pavilhão de um dos clubes culturais timorenses sediado nos Balteiros.

No que diz respeito, aliás, à participação dos refugiados timorenses ao longo dos trabalhos da Consulta, é de salientar o interesse que demonstraram. Apesar dos limites, definidos à partida, quanto à sua participação na Consulta, muitos refugiados apresentaram-se querendo participar nas sessões do encontro reservadas à reflexão e debate entre as organizações cristãs, e nos tempos reservados para os contactos destas com os timorenses apareceram muitos mais do que os que haviam sido convidados ou se esperava. Eles não vinham só para ver, mas para participar: alguns tinham mesmo escrito intervenções para lerem perante os participantes. Foi uma prova de que os timorenses desejam vivamente ser parte activa na resolução de um problema que, antes de tudo, é o seu problema.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Terminados os trabalhos teve lugar, a 25 de Janeiro, uma conferência de imprensa - apresentada pelo Catholic Institute for International Relations e por A Paz é Possível em Timor-Leste - onde foram divulgadas as conclusões da Consulta (ver documento em anexo) e informação sobre a situação actual. Foi distribuído o documento 'Timor Oriental - Droits de l'Homme: les violations continuent', documento preparado por A Paz é Possível em Timor-Leste, em vista à Comissão dos Direitos Humanos, ainda em curso. Vários jornalistas (da Rádio, imprensa diária e semanários) estiveram presentes, bem como a R.T.P.

A cobertura dada pelos meios de comunicação portugueses à IV Consulta Cristã mostrou o seu interesse pelo encontro. Embora tivessem sido definidos espaços restritos para a sua presença - acolhimento aos participantes, encontro com os refugiados no Campo dos Balteiros e conferência de imprensa - houve várias tentativas e pressões para registar outras partes do encontro.

Vários jornais referiram-se à Consulta, alguns em artigos extensos, e a R.T.P. mencionou os trabalhos em três blocos noticiosos.

CONTACTOS

A abertura à discussão do problema de Timor parece estar numa fase positiva em Portugal: representantes dos participantes na IV Consulta Cristã foram recebidos em 25 de Janeiro por:

- Assessores para os assuntos diplomáticos, da Presidência da República;
- Deputados da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação de Timor-Leste, da Assembleia da República;
- Ministro plenipotenciário para a questão de Timor-Leste, do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Secretário da Conferência Episcopal Portuguesa.

O caso dos quatro estudantes timorenses retidos em Jacarta foi abordado particularmente junto da Presidência da República, não se esperando que Portugal empenhe novos esforços no caso, para além da sua discussão no âmbito negocial em Nova Iorque.

Do encontro com deputados da Comissão Eventual salienta-se a sua intenção de sensibilização da opinião pública internacional, tendo sido focadas duas propostas: visitas de grupos parlamentares portugueses a congéneres europeus (no quadro da C.E.E.) e revitalização do (frustrado pelo anterior Governo) projecto de encontro de parlamentares estrangeiros em Portugal.

Da discussão sobre a eventual visita de parlamentares portugueses a Timor-Leste ficou claro que, a realizar-se, ela imporia sérias condições à Indonésia - como também afirmaram os assessores do Presidente da República. Tal projecto de visita, porém, não parece hoje muito provável.

Quanto à audiência com D. Albino Cleto é de salientar que este foi o primeiro encontro,a nível oficial, concedido por representantes da Conferência Episcopal Portuguesa para reflexão do problema de Timor.

O secretário da Conferência Episcopal manifestou preocupação pela situação do povo em Timor-Leste e pelas ameaças sofridas pelos membros da Igreja. Manifestou-se ainda disposto a levar o assunto à Conferência Episcopal e a tentar que esta sensibilize as suas congéneres estrangeiras em encontros internacionais. Quanto a uma declaração pública dos bispos portugueses sobre a questão, esta parece pouco provável, segundo D. Albino Cleto, "a menos que se produza agora uma ocorrência especial. Os bispos já se pronunciaram sobre Timor-Leste em 1984".

Moradas acima citadas:

* US National Council of Churches of Christ
Room 712, 475 Riverside Drive
New York, NY 10115 - U S A

* Catholic Institute for International Relations
22, Coleman Fields
London NI 7AF - United Kingdom

* A Paz é Possível em Timor-Leste
Rua de Campolide, 215 - 4º D
1000 Lisboa - Portugal

-ANEXO A-

CONCLUSÕES DIVULGADAS EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Decorreu em Lisboa, de 22 a 24 de Janeiro, a 4a. Consulta Cristã sobre Timor-Leste, no seguimento dos encontros que desde 1985 se têm vindo a realizar na Holanda e na Suiça.

Participaram nesta Consulta cerca de 40 representantes de Igrejas e organismos cristãos (católicos e protestantes) de diversos países da Europa e dos Estados Unidos da América.

Estas Consultas oferecem um espaço de partilha da informação e de reflexão sobre as responsabilidades das Igrejas face ao problema de Timor-Leste bem como a possibilidade de coordenar as iniciativas visando a sensibilização da comunidade internacional.

O facto da 4a. Consulta se realizar em Lisboa permitiu aos participantes contactar com os refugiados timorenses chegados mais recentemente a Portugal e os dirigentes da Convergência Nacionalista timorense (UDT e Fretilin).

Foi particularmente importante ouvir os testemunhos directos dos refugiados. O relato do que viveram estes timorenses, chocou e emocionou profundamente todos os participantes e demonstrou que eles continuam a ser uma fonte essencial para o conhecimento da situação em Timor-Leste.

Mantendo-se o bloqueio a Timor-Leste, e o seu isolamento do resto do mundo, os participantes reafirmaram a urgência do acesso livre ao território, e circulação sem restrições, de jornalistas independentes, representantes de Igrejas e membros de organizações humanitárias e de desenvolvimento.

O encontro com as vítimas e testemunhas das violações de direitos humanos, tal como as informações recentes sobre a continuação destes abusos, confirmaram a importância da próxima sessão da Comissão de Direitos Humanos (Genebra, 4 de Fevereiro a 6 de Março). A participação de Portugal neste órgão das Nações Unidas foi considerada como uma oportunidade privilegiada de intervenção em defesa dos direitos do povo timorense.

A urgência de encontrar uma solução política para o conflito, cujas consequências têm sido trágicas para o povo de Timor-Leste, levou os participantes a manifestar o seu apoio a todos os esforços visando encontrar uma paz justa e duradoura. No entanto, a experiência vivida neste encontro reforçou a convicção de que qualquer solução elaborada sem a participação dos timorenses será injusta e votada ao fracasso.

Foi debatida a possibilidade de realizar a próxima Consulta em Bruxelas, em 1989, e de organizar um encontro em Nova Iorque aquando da reunião do Comité dos 24, em Agosto deste ano.